Consolidação de Contas 2016

Relatório de Gestão Consolidado

Alpiarça

Concelho Centenário

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

Por outro lado, a informação financeira das entidades que integram o perímetro da consolidação, tornou-se, com a entrada em vigor da nova LFL, informação de relevância extrema para efeitos de controlo da dívida total de operações orçamentais (artºs 52º e 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), uma vez que as dívidas dessas entidades relevam para efeito de apuramento do montante da dívida de cada município.

A consolidação de contas é uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse. No processo de consolidação de contas elaboram-se as demonstrações financeiras do grupo económico, em função das demonstrações financeiras de cada uma das entidades consideradas individualmente.

Aplicando-se ao Município e às participadas sistemas contabilísticos distintos, respetivamente o POCAL o SNC, tornou-se necessário proceder previamente a um conjunto de reclassificações nas contas das participadas de modo a tornar compatíveis os documentos a consolidar, quando aplicado o método integral.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas e submete-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no nº 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI).

Presente em Reunião de Câmara de 23/6/2017
Deliberação: Aprovado por maioria com a abstenção do vereador Manuel Costa

Anaferreira

Presente em Assembleia Municipal de 30/06/2017
Deliberação: Aprovado por maioria 9 votos a favor CDU e 6 Abstenção PS/TPA

Anaferreira

2. GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2014, a AgroAlpiarça, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o *método de consolidação integral*.

As participadas AR – Águas do Ribatejo, EM,SA e a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM foram integradas no perímetro de consolidação pelo *método da equivalência patrimonial* por o Município de Alpiarça participar nos respetivos capitais sociais em mais de 5% e menos de 10%.

Entidade Consolidante

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

NIF: 501133097

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA

Natureza da atividade – Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA Encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo Executivo em 20/04/2017 e pela Assembleia Municipal em 28/04/2017.

a) Entidades Consolidadas - (Método Integral)

AGROALPIARÇA, CIPRL

NIF: 502000066

Capital Social – 150.000,00 €

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social – 99,87%

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeira foram aprovadas pela Assembleia Geral em 06 de abril de 2017 e enquanto documentos agora consolidados são anexados ao presente relatório.

b) Entidades Consolidadas - (Método Equivalência Patrimonial)

Entidades	Percentagem	Valor participado	Capital próprio 2016	Valor participado	Diferença a registar	Contas Debito	Contas a crédito	Ajustamentos a fazer
AR	5,40%	2 957 593,20	54 649 990,51	2 951 099,49	-6 493,71	55	412	Sim
LT	5,39%	26 128,38	428 509,14	23 096,64	-3 031,74	55	412	Sim
					-9 525,45			

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508345464

Capital Social – 6.871.681,00 €

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social/estatutário – 5,4%

Natureza da atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeira foram aprovadas Concelho de Administração dia 16/03/2017, certificadas em 20-03-2017, por Martins Pereira, João Careca Associados

LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM

NIF: 509226426

Capital Social – 475.058,16

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social/estatutário – 5,39%

Natureza da atividade – Promover a Reabilitação Urbana dos centros históricos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Concelho de Administração da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana em 12 de Janeiro de 2017 e certificadas por Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

3 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas aprovadas em cada uma das entidades foram objeto de certificação pelas seguintes entidades:

- AR – Águas do Ribatejo, EM, SA - Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
- LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM - Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Os documentos consolidados que se apresentam são:

1. Balanço consolidado
2. Demonstração de Resultados
3. Resumo dos Fluxos de Caixa
4. Anexos às Demonstrações Financeiras, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários.

Após a apresentação dos documentos supra citados serão anexadas as notas aos mesmos.

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31/dez/16			31/dez/15	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido				
IMOBILIZADO					FUNDO PRÓPRIO		
Bens de Domínio Público:					Patrimómio	36 327 343,73	35 887 738,24
					Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	2 439 301,38	2 439 301,38
Terrenos e recursos naturais	653 970,75	0,00	653 970,75	653 970,75	Reservas de avaliação	49 960,84	34 662,08
Outras Construções e Infra-estruturas	31 885 167,83	17 901 474,63	13 983 693,20	15 931 991,03	Reservas:		
Bens de Património histórico, artístico e cultural	255 308,75	0,00	255 308,75	255 308,75	Reservas legais	265 162,52	265 162,52
Imobilizações em curso	87 964,49	0,00	87 964,49	87 964,49	Outras reservas	93 611,66	93 611,66
	32 882 411,82	17 901 474,63	14 980 937,19	16 929 235,02	Diferenças de conversão	0,00	0,00
					Doações	123 930,69	123 930,69
					Reservas decorrentes de trânsferência de ativos	182 404,61	182 404,61
Imobilizações Incorpóreas:					Resultados transitados	(11 652 386,56)	(9 737 657,10)
Despesas de instalação	166 914,02	0,00	166 914,02	106 733,81	Diferenças de consolidação	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	Resultado líquido do exercício	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros diireitos	686,44	686,44	0,00	0,00		(1 046 329,57)	(1 936 127,09)
Imobilizações incorpóreas em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			
Adiantamentos p. conta imobiliz. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00			
Diferenças de Aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00			

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31/dez/16			31/dez/15
	167 600,46	686,44	166 914,02	106 733,81
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	6 793 108,97	25 262,37	6 767 846,60	6 377 408,05
Edificios e outras construções	20 063 942,37	3 002 763,75	17 061 178,62	17 465 829,51
Equipamento básico	2 530 514,19	2 213 539,82	316 974,37	370 794,49
Equipamento de transporte	1 425 875,73	1 204 328,01	221 547,72	228 416,86
Ferramentas e utensílios	166 013,73	162 881,95	3 131,78	4 521,75
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	523 373,82	511 344,43	12 029,39	12 368,80
Outras imobilizações corpóreas	433 449,96	407 749,38	25 700,58	23 471,69
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p. conta imobiliz. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	31 936 278,77	7 527 869,71	24 408 409,06	24 482 811,15
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	2 394,18	0,00	2 394,18	1 505,00
Empréstimos a empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e titulos de participação	3 292 594,38	0,00	3 292 594,38	3 293 483,56
Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
Total do Capital Próprio	26 782 999,30	27 353 026,99
Interesses minoritários	(140,65)	(98,13)
PASSIVO:		
Provisões:		
Provisões para pensões	0,00	0,00
Provisões para impostos	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00
	0,00	0,00
Dívidas a Terceiros-Médio e Longo Prazo		
Dívidas a instituições de crédito	7 303 708,79	9 109 244,02
Fornecedores c/c	0,00	0,00
Outros credores	0,00	0,00
	7 303 708,79	9 109 244,02
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	350 000,00	200 000,00
Fornecedores c/c	966 239,79	582 209,45

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31/dez/16			31/dez/15
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	3 294 988,56	0,00	3 294 988,56	3 294 988,56
CIRCULANTE				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	188 885,95	0,00	188 885,95	176 685,98
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	46 923,64	0,00	46 923,64	45 731,09
Produtos acabados e intermédios	110 416,36	0,00	110 416,36	137 407,72
Mercadorias	145,26	0,00	145,26	145,26
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
	346 371,21	0,00	346 371,21	359 970,05
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes c/c	446 577,83	0,00	446 577,83	299 956,97
Clientes cobrança duvidosa	45 398,52	45 398,52	0,00	36 392,50

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
Fornecedores facturas em conferência	109 311,17	460 826,33
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	30 678,24	25 696,82
Adiantamento de clientes	0,00	6 500,00
Estado e outros entes públicos	121 312,37	118 506,01
Administração Autárquica	0,00	0,00
Outros credores	640 182,73	388 557,88
	2 217 724,30	1 782 296,49
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Acréscimos de custos	493 849,02	398 964,84
Proveitos diferidos	8 006 801,48	8 634 719,04
Ajustes em contratos futuros	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
	8 500 650,50	9 033 683,88

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31/dez/16			31/dez/15
Estado e outros entes públicos	1,38	0,00	1,38	4 256,17
Outros devedores	146 556,07	0,00	146 556,07	254 000,23
	638 533,80	45 398,52	593 135,28	594 605,87
Depósitos Bancários e Caixa:				
Depósitos bancários	103 570,94		103 570,94	547 408,40
Caixa	511,35		511,35	1 429,48
	104 082,29	0,00	104 082,29	548 837,88
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	896 620,97	0,00	896 620,97	954 796,55
Custos diferidos	13 483,65	0,00	13 483,65	6 174,36
Activos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
	910 104,62	0,00	910 104,62	960 970,91
Total Amortizações		25 430 030,78		0,00
Total Provisões		45 398,52		0,00
Total do Activo	70 280 371,53	25 475 429,30	44 804 942,23	47 278 153,25

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/dez/16	31/dez/15
	18 022 083,59	19 925 224,39
Total do Capital Próprio e do Passivo	44 804 942,24	47 278 153,25

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
ACTIVO											
Bens de Domínio Público:											
Terrenos e recursos naturais	451	653 970,75		653 970,75							653 970,75
Outras Construções e Infra-estruturas	453	13 983 693,20		13 983 693,20							13 983 693,20
Bens de Património histórico, artístico e cultural	455	255 308,75		255 308,75							255 308,75
Imobilizações em curso	445	87 964,49		87 964,49							87 964,49
Amortizações acumuladas	485	17 901 474,63		17 901 474,63							17 901 474,63
		14 980 937,19	0,00	14 980 937,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 980 937,19
Imobilizações incorpóreas:											
Despesas de instalação	431	166 914,02	0,00	166 914,02							166 914,02
Despesas de investigação e de desenvolvimento	432	0,00	0,00	0,00							0,00
Propriedade industrial e outros direitos	433	0,00	0,00	0,00							0,00
Trespasses	434	0,00	0,00	0,00							0,00
Imobilizações em curso	443	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	449	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferenças de Aquisição	2040D	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Amortizações de imobilizado incorpóreo:	*483*	0,00	686,44	0,00							0,00
		166 914,02	0,00	166 914,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166 914,02
Imobilizações corpóreas:											
Terrenos e recursos naturais	421	6 434 103,37	333 743,23	6 767 846,60							6 767 846,60
Edifícios e outras construções	422	17 039 069,11	22 109,51	17 061 178,62							17 061 178,62
Equipamento básico	423	294 061,06	22 913,31	316 974,37							316 974,37
Equipamento de transporte	424	221 547,72	0,00	221 547,72							221 547,72
Ferramentas e utensílios	425	3 131,78	0,00	3 131,78							3 131,78
Equipamento administrativo	426	12 029,39	0,00	12 029,39							12 029,39
Taras e vasilhame	427	0,00		0,00							0,00
Outras imobilizações corpóreas	429	25 700,58	0,00	25 700,58							25 700,58
Imobilizações em curso	442	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	448	0,00	0,00	0,00							0,00
Amortizações de imobilizado corpóreo:	*482*	6 730 362,12	797 507,59	7 527 869,71							7 527 869,71
		24 029 643,01	378 766,05	24 408 409,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 408 409,06
Investimentos financeiros:											
Partes de capital em empresas do grupo	4111	1 505,00	889,18	2 394,18							2 394,18
Empréstimos a empresas do grupo	4121	0,00	0,00	0,00							0,00
Partes de capital em empresas associadas	4112	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Obrigações e titulos de participação	412	3 292 594,38	0,00	3 292 594,38							3 292 594,38
Títulos e outras aplicações financeiras	414	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	447	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamentos de investimentos financeiros:	*49*	0,00	0,00	0,00							0,00
		3 294 099,38	889,18	3 294 988,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 294 988,56
Existências:											
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36	184 566,61	4 319,34	188 885,95							188 885,95
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	34	0,00	46 923,64	46 923,64							46 923,64
Produtos acabados e intermédios	33	0,00	110 416,36	110 416,36							110 416,36
Mercadorias	32	0,00	145,26	145,26							145,26
Adiantamentos por conta de compras	37	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamentos de existências:	*39*	0,00	0,00	0,00							0,00
		184 566,61	161 804,60	346 371,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346 371,21
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo											
Dívidas de Médio e longo prazo	DMLP	0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo:											
Clientes, c/c	211D	461 548,54	98 324,13	559 872,67	-113 294,84						446 577,83

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Clientes, titulos a receber	212	0,00	0,00	0,00							0,00
Clientes de cobrança duvidosa	218	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas do grupo	252D	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas associadas	253D	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas participadas e participantes	254D	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros accionistas (sócios)	255D	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos a fornecedores	229	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2619	0,00	0,00	0,00							0,00
Estado e outros entes públicos	24D	0,00	1,38	1,38							1,38
Outros devedores	268D	216 995,78	12 432,71	229 428,49	-82 872,42						146 556,07
Empréstimos a receber	*28*	194 258,47	0,00	194 258,47	-194 258,47						0,00
Provisões acumuladas	29	45 398,52	0,00	45 398,52							45 398,52
		872 802,79	110 758,22	983 561,01	-390 425,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	593 135,28
Títulos negociáveis:											
Outras aplicações de tesouraria	18	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamentos de aplicações de tesouraria:	*19*	0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos bancários e caixa:											
Depósitos bancários	12D	89 643,93	13 927,01	103 570,94							103 570,94
Caixa	11	361,35	150,00	511,35							511,35

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
		90 005,28	14 077,01	104 082,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104 082,29
Acréscimos de proveitos	271	900 165,62	0,00	900 165,62	-3 544,65						896 620,97
Custos diferidos	272	11 499,88	1 983,77	13 483,65							13 483,65
Activos por impostos diferidos	2761	0,00	0,00	0,00							0,00
		911 665,50	1 983,77	913 649,27	-3 544,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910 104,62
Diferenças de Conversão Activas	4760	0,00	0,00	0,00							0,00
Contrapartida de Eliminações		0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das amortizações		24 631 836,75	798 194,03	25 430 030,78							25 430 030,78
Total de provisões		45 398,52	0,00	45 398,52							45 398,52
Total do ACTIVO:		**44 530 633,78**	**668 278,83**	**45 198 912,61**	**-393 970,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44 804 942,23**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO											
Capital	51	36 177 538,73	149 805,00	36 327 343,73							36 327 343,73

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Acções (quotas) próprias:			0,00								
Valor nominal	5211	0,00	0,00	0,00							0,00
Descontos e prémios	5221	0,00	0,00	0,00							0,00
Prestações suplementares	53	0,00	0,00	0,00							0,00
Prémios de emissão de acções (quotas)	54	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	55	2 439 301,38	0,00	2 439 301,38							2 439 301,38
Reservas de reavaliação	56	0,00	49 960,84	49 960,84							49 960,84
Reservas:			0,00								
Reservas legais	571	256 291,74	8 870,78	265 162,52							265 162,52
Outras reservas	574	0,00	93 611,66	93 611,66							93 611,66
Doações	576	123 930,69	0,00	123 930,69							123 930,69
Reservas decorrentes de transferência de ativos	577	182 404,61	0,00	182 404,61							182 404,61
Resultados transitados	59	-11 278 982,00	-410 448,79	-11 689 430,79	37 044,23						-11 652 386,56
Diferenças de Conversão	DCV	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferenças de Consolidação	DC	0,00	0,00	0,00							0,00
		27 900 485,15	-108 200,52	27 792 284,63	37 044,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 829 328,86
Resultado líquido do exercício											
Resultado Líquido (Balanço)	881	-1 056 566,47	148,15	-1 056 418,32	0,00						-1 046 329,57
Resultados - Grupo	120G	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Resultados - Interesses Minoritários	120M	0,00	0,00	0,00							0,00
		-1 056 566,47	148,15	-1 056 418,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 046 329,57
Interesses Minoritários	106M	0,00	-140,65	-140,65							-140,65
		0,00	-140,65	-140,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140,65
Dividendos antecipados	89	0,00	0,00	0,00							0,00
Total do CAPITAL PRÓPRIO:		**26 843 918,68**	**-108 193,02**	**26 735 725,66**	**37 044,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26 782 858,64**
Provisões:											
Provisões para pensões	291	0,00	0,00	0,00							0,00
Provisões para impostos	292	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras provisões para riscos e encargos	293	0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:											
Dívidas a instituições de crédito	M231C	7 151 816,98	346 150,28	7 497 967,26	-194 258,47						7 303 708,79
Fornecedores c/c	M231d	0,00	0,00	0,00							0,00
Accionistas	M231f	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores Imobilizado c/c	M231e	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas do grupo	M252C	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros credores	M268C	0,00	0,00	0,00							0,00
		7 151 816,98	346 150,28	7 497 967,26	-194 258,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 303 708,79
Dívidas a terceiros - Curto prazo:											
Dívidas a instituições de crédito	231	350 000,00	0,00	350 000,00							350 000,00
Fornecedores, c/c	221C	924 698,30	41 541,49	966 239,79	0,00						966 239,79
Fornecedores, facturas em conferência	228	109 311,17	0,00	109 311,17							109 311,17
Fornecedores - Títulos a pagar	222	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas do grupo	252C	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas associadas	253C	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas participadas e participantes	254C	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros accionistas (sócios)	255C	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	2611C	30 678,24	0,00	30 678,24							30 678,24
Adiantamentos de clientes	219	0,00	0,00	0,00							0,00
Estado e outros entes públicos	24C	113 281,82	8 030,55	121 312,37							121 312,37
Administração Autárquica	264	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO CONSOLIDADO A 31.12.2016

	RÚBRICAS	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Tranferência Resultados	Total Consolidado
Outros credores	268C	506 278,09	380 749,53	887 027,62	-246 844,89						640 182,73
		2 034 247,62	430 321,57	2 464 569,19	-246 844,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 217 724,30
Acréscimos e diferimentos:											
Acréscimos de custos	273	493 849,02	0,00	493 849,02							493 849,02
Proveitos diferidos	274	8 006 801,48	0,00	8 006 801,48							8 006 801,48
Ajustes em contratos futuros	275	0,00	0,00	0,00							0,00
Passivos por impostos diferidos	2762	0,00	0,00	0,00							0,00
		8 500 650,50	0,00	8 500 650,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 500 650,50
Diferenças de Conversão Passivas	4770	0,00	0,00	0,00							0,00
Contrapartida de Eliminações		0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do PASSIVO:		**17 686 715,10**	**776 471,85**	**18 463 186,95**	**-441 103,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18 022 083,59**
Total do CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO:		**44 530 633,78**	**668 278,83**	**45 198 912,61**	**-404 059,13**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**44 804 942,23**
		0,00	0,00	0,00	-10 088,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações reciprocas e diferenças encontradas

Notas					
1	Anulação da participação social na AGRO	0,00	abate	41	0,00
				51	0,00
2	Dividas da CM à AGRO	0,00	abate	22	0,00
		5 586,40		21	5 586,40
				7112	5 586,40
3	Dívidas da AGRO à CM (bens e serviços)	107 708,44	abate	21	107 708,44
				59	107 708,44
4	Dívidas da AGRO à CM (Rendas)	82 872,42	abate	268	82 872,42
		246 844,89		268	246 844,89
		19 218,80		62	19 219,80
		144 752,67		59	144 752,67
4	Empréstimo da CM a AGRO (suprimentos)	194 258,47	abate	28	194 258,47
				25	194 258,47
				59	
5	Devedores por acréscimo de resultados	3 544,65	abate	27	3 544,65
				7	3 544,65

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

CUSTOS E PERDAS		31/dez/16 (1)	31/dez/15 (2)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias / materiais		193 941,34	180 811,26
Fornecimentos e serviços externos		1 579 551,22	1 546 182,88
Custos com o pessoal:			
Remunerações		2 212 295,69	2 142 593,72
Encargos sociais:			
Pensões		576 669,21	572 062,02
Outros		0,00	0,00
Amortizações do imob. Corpóreo, incorpóreo e bens de domínio Público		2 484 672,89	3 300 814,72
Ajustamentos		0,00	0,00
Provisões		54 236,52	0,00
Transf. e subsíd. Concedidos		324 422,55	331 394,34
Outros custos e perdas operacionais		9 646,32	54 301,12
	(A)	7 435 435,74	8 128 160,06
Perdas em empresas do grupo e associadas		0,00	0,00
Amortizações e ajustamentos de aplicações e invest. financeiros		0,00	0,00
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		0,00	0,00
Outros		227 297,48	243 459,23
	(C)	7 662 733,22	8 371 619,29

PROVEITOS E GANHOS		31/dez/16 (1)	31/dez/15 (2)
Vendas:			
Mercadorias		8 638,80	6 947,19
Produtos		244 971,70	200 465,41
Prestações de serviços		359 865,71	338 320,13
Impostos e taxas		1 005 058,80	1 038 526,78
Variação da produção		(24 440,01)	37 216,33
Trabalhos para a própria empresa		19 869,91	14 547,10
Proveitos suplementares		288 000,81	244 301,15
Subsídios à exploração		3 940 844,22	3 920 448,15
Outros proveitos e ganhos operacionais		80 525,18	96 043,98
Reversões de amortizações e ajustamentos		0,00	0,00
	(B)	5 923 335,12	5 896 816,22
Ganhos em empresas do grupo e associadas		0,00	0,00
Rendimentos de participações de capital		0,00	0,00
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Relativas a empresas do grupo		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		0,00	0,00
Outros		139 530,88	139 303,95
	(D)	6 062 866,00	6 036 120,17
Proveitos e ganhos extraordinários		611 185,62	453 590,58

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

CUSTOS E PERDAS		31/dez/16 (1)	31/dez/15 (2)
Custos e perdas extraordinários		57 564,10	54 064,41
	(E)	7 720 297,32	8 425 683,70
Impostos sobre o rendimento do exercício		83,68	101,36
	(G)	7 720 381,00	8 425 785,06
Resultado Líquido atribuível Interesses Minoritários		0,19	52,78
Resultado Líquido atribuível Accionistas		(1 046 329,57)	(1 936 127,09)
		6 674 051,62	6 489 710,75

PROVEITOS E GANHOS		31/dez/16 (1)	31/dez/15 (2)
	(F)	6 674 051,62	6 489 710,75

Resultados Operacionais	(B)-(A)	(1 512 100,62)	(2 231 343,84)
Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	(87 766,60)	(104 155,28)
Resultados Correntes	(D)-(C)	(1 599 867,22)	(2 335 499,12)
Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)	(1 046 245,70)	(1 935 972,95)
Resultado liquído do Exercício antes IM	(F)-(G)	(1 046 329,38)	(1 936 074,31)
Resultado liquído do Exercício		(1 046 329,57)	(1 936 127,09)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA A 31.12.2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Eq, Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização *Goodwill*	Total Consolidado
CUSTOS E PROVEITOS									
CMVMC - Mercadorias	612	0,00	0,00	0,00					0,00
CMVMC - MP, Subs. e de Consumo	616	148 792,02	45 149,32	193 941,34					193 941,34
Fornecimentos Serviços Externos	62	1 507 862,21	90 908,81	1 598 771,02	-19 219,80				1 579 551,22
Remunerações	641	2 067 274,32	145 021,37	2 212 295,69					2 212 295,69
Encargos Sociais - Pensões	643	576 669,21	0,00	576 669,21					576 669,21
Encargos Sociais - Outros	645	0,00	0,00	0,00					0,00
Amortizações do Exercício	662+663	2 473 334,01	11 338,88	2 484 672,89					2 484 672,89
Ajustamentos do Exercício	666+667	0,00	0,00	0,00					0,00
Provisões do Exercício	67	36 392,50	17 844,02	54 236,52					54 236,52
Transf. e subsíd. Concedidos	63	324 422,55	0,00	324 422,55					324 422,55
Out. Cust. Perdas Operacionais	65	1 250,00	8 396,32	9 646,32					9 646,32
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	**TCO**	**7 135 996,82**	**318 658,72**	**7 454 655,54**	**-19 219,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 435 435,74**
Perdas Emp. Grupo e Associadas	682	0,00	0,00	0,00					0,00
Amort. e Ajust. Apl. e Inv. Fin	683	0,00	0,00	0,00					0,00
Juros e custos similares	68	220 500,32	6 797,16	227 297,48					227 297,48
Juros/Cust. Simil. Outros	6812	0,00	0,00	0,00					0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA A 31.12.2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Eq, Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização *Goodwill*	Total Consolidado
Custos/Perdas Extraordinários	69	57 564,10	0,00	57 564,10					57 564,10
Reserva de Conversão	106A	0,00	0,00	0,00					0,00
Imposto s/ Rendimento Exercício	86	0,00	83,68	83,68					83,68
Interesses Minoritários	120M	0,00	0,19	0,19					0,19
Resultado Exercício	88	-1 056 566,47	148,15	-1 056 418,32	0,00				-1 046 329,57
TOT. CUSTOS/PERDAS +/- RESULT.		**6 357 494,77**	**325 687,90**	**6 683 182,67**	**-19 219,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 674 051,62**
PROVEITOS E GANHOS									
Venda de Mercadorias	711	8 638,80	0,00	8 638,80					8 638,80
Venda Prod. Acab. Intermedios	7112	347,14	253 755,61	254 102,75	-9 131,05				244 971,70
Prestacao de Servicos	712	359 865,71	0,00	359 865,71	0,00				359 865,71
Impostos e Taxas	72	1 005 058,80	0,00	1 005 058,80					1 005 058,80
Variacao da Producao	70	0,00	-24 440,01	-24 440,01					-24 440,01
Trabalhos p/ Propria Empresa	75	19 869,91	0,00	19 869,91					19 869,91
Proveitos Suplementares	73	288 000,81	0,00	288 000,81					288 000,81
Subsidios a Exploracao	74	3 924 997,10	15 847,12	3 940 844,22					3 940 844,22
Outros Prov. e Ganhos Operac.	76	0,00	80 525,18	80 525,18					80 525,18
Reversões de amortizações e ajustamentos	77	0,00	0,00	0,00					0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA A 31.12.2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações reciprocas	Anul. Eq, Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização *Goodwill*	Total Consolidado
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	**TPO**	**5 606 778,27**	**325 687,90**	**5 932 466,17**	**-9 131,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5 923 335,12**
Ganhos Emp. Grupo e Associadas	782	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend. Participacoes Capital	784	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend.Tit.Neg.Out.Apl.Tes.Grupo	78121	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend.Tit.Neg.Out.Apl.Tes.Outros	78122	0,00	0,00	0,00					0,00
Out. Jur. e Prov. Simil. Grupo	78111	0,00	0,00	0,00					0,00
Out. Jur. e Prov. Simil. Outros	78112	139 530,88	0,00	139 530,88					139 530,88
Proveitos e Ganhos Extraord.	79	611 185,62	0,00	611 185,62					611 185,62
Desvio Conversao - Resultados	666V	0,00	0,00	0,00					0,00
TOTAL PROVEITOS E GANHOS	**TPG**	**6 357 494,77**	**325 687,90**	**6 683 182,67**	**-9 131,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 674 051,62**
		0,00	0,00	0,00	-10 088,75	0,00	0,00	0,00	0,00

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações reciprocas e diferenças encontradas

1	Dividas da CM à AGRO	9 131,05	abate	7112	9 131,05
2	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços)	252 461,11	abate	59	252 461,11
3	Rendas de terrenos da CM à AGRO - Custos da AGRO	19 219,80	abate	62	19 219,80

FLUXOS DE CAIXA

Recebimentos	Município de Alpiarça		Agrolpiarça		Total agregado		Eliminação reciprocas	Total consolidado	
Saldo da gerência anterior		**540 535,32**		**8 302,56**		**548 837,88**			**548 837,88**
Execução orçamental	452 963,43		8 302,56		461 265,99			461 265,99	
Operações de tesouraria	87 571,89		0,00		87 571,89			87 571,89	
Total das receitas orçamentais		**6 512 778,30**		**495 473,10**		**7 008 251,40**			**6 981 169,77**
Receitas correntes		5 521 386,59		474 070,78		5 995 457,37	-27 081,63		5 968 375,74
Receitas de capital		989 353,00		21 402,32		1 010 755,32			1 010 755,32
Receitas outras		2 038,71		0,00		2 038,71			2 038,71
Operações de tesouraria		**499 371,57**		**0,00**		**499 371,57**			**499 371,57**
Total ---		**7 552 685,19**		**503 775,66**		**8 056 460,85**			**8 029 379,22**
Pagamentos									
Total das despesas orçamentais		**6 942 420,26**		**489 298,65**		**7 431 718,91**			**7 404 637,28**
Despesas correntes		4 805 460,12		275 269,47		5 080 729,59	-27 081,63		5 053 647,96
Despesas de capital		2 136 960,14		214 029,18		2 350 989,32			2 350 989,32
Operações de tesouraria		**520 259,65**		**0,00**		**520 259,65**			**520 259,65**
Saldo para gerência seguinte		**90 005,28**		**14 477,01**		**104 482,29**			**104 482,29**
Execução orçamental	23 321,47		14 477,01		37 798,48			37 798,48	
Operações de tesouraria	66 683,81		0,00		66 683,81			66 683,81	
Total ---									

Notas:

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações reciprocas e diferenças encontradas

	Município de Alpiarça			AgroAlpiarça			
Receitas Correntes	5 521 386,59	10 903,26	5 510 483,33				Faturação paga pela AGRO à CM
Despesas correntes				275 269,47	10 903,26	264 366,21	
Despesas correntes	4 805 460,12	16 178,37	4 789 281,75				Faturação paga pela CM à AGRO
Receitas Correntes				474 070,78	16 178,37	457 892,41	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que o perímetro de consolidação engloba o Município de Alpiarça e a AgroAlpiarça, CIPRL cujo capital é detido a 99,87% pela CMA.

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade	Método de Consolidação
AgroAlpiarça, CIPRL	Alpiarça	99,87 %	Cooperativa – Produção de vinhos	Integral

Atendendo ao estipulado no nº 5.3 da portaria nº 474/2010 de 01 de julho a AgroAlpiarça, CIPRL foi considerada no perímetro de consolidação por o Município de Alpiarça deter 99,87% do capital social.

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

De acordo com o artigo mencionado na nota anterior, as empresas que não foram incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam do seguinte quadro:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO	PRINCIPAL ATIVIDADE
AMPV	Cartaxo	1,3	Afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade;
ANPC	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local;
APMCH	Lamego	0,52	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos;
CIMLT	Santarém	5,8	Artigo 2º dos Estatutos da CIMLT publicados no diário da Republica, 2ª série-n.º 6 – 9 de janeiro de 2014;
RESIURB	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
TAGUSGÁS, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural;

Estas entidades foram excluídas do perímetro de consolidação, por não ter sido considerado conveniente pelo Município de Alpiarça nos termos do artigo 7º da Lei nº 50 de 2012 de 31 de agosto.

De ressaltar as entidades CIMLT e RESIURB que apesar do Município deter entre 5% e 10% do capital foram excluídas das entidades associadas contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial por a participação do Município de Alpiarça ser uma contribuição sob a forma de cotização.

Nota 3 – Entidades Associadas contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO	PRINCIPAL ATIVIDADE
AR Águas do Ribatejo	Salvaterra de Magos	5,40%	Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social
LT- Sociedade de Reabilitação Urbana	Santarém	5,39%	Promover a Reabilitação Urbana

Nota 4 – Entidades Associadas não contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial

Não aplicável.

Nota 5 – Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

Nota 6 – Outras participações não consolidadas e não incluídas nas notas 1 a 4l

Não aplicável.

Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

O número total de colaboradores ao serviço do Grupo Município de ALPIARÇA no exercício de 2016, foi de 157 assim distribuído:

ENTIDADE	ANO	N.º DE COLABORADORES
Município de Alpiarça (balanço social)	2016	151
Agroalpiarça, CIPRL (efectivos)	2016	6

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Como até à presente data ainda não foram publicadas as normas de consolidação de contas em POCAL previstas nos planos sectoriais nem uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo foram observados os princípios de consolidação de contas estipulados no artigo 5º da Portaria nº 474/2010 de 01 de julho, assim como normas e instruções definidas no SATAPOCAL.

Nota 9 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Método de cálculo das diferenças de consolidação:

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, para aplicação do mesmo.

De referir que esta norma para efeitos de eliminações de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF 14 - concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada ao sistema contabilístico vigente.

Nota 11 – Derrogação às regras gerais de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável

Nota 12 – Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

Não aplicável.

Nota 13 – Demonstrações financeiras integradas na consolidação elaboradas em data diferente das da entidade-mãe e acontecimentos importantes ocorridos entre a data dos balanços das entidades incluídas na consolidação e o balanço consolidado

Não aplicável.

Nota 14 – Comparabilidade e alterações no perímetro de consolidação

Não aplicável.

Nota 15 – Utilização de critérios valorimétricos diferente dos utilizados nas demonstrações financeiras individuais

Não aplicável.

Nota 16 – Ajustamentos excecionais efetuados com fins fiscais

Não aplicável.

Nota 17 – Amortizações das diferenças de consolidação para além de cinco anos

Não aplicável.

Nota 18 – Contabilização das participações em associadas

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas pelo valor de aquisição.

Nota 19 – Discriminação das diferenças de aquisição pelo método de equivalência patrimonial quando não refletidas no balanço consolidado

Não aplicável.

Nota 20 – Critérios valorimétricos das associadas diferentes dos utilizados na consolidação

Não aplicável.

IV – Informações relativas a compromissos

Nota 23 – Critérios de valorimetria

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Imobilizado

Os Ativos Imobilizados, incluindo os Investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro, O Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o seu património inicial. Determina o ponto 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do POCAL que, aos bens do domínio público que não foi atribuído qualquer valor, assumem o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação assumindo, a partir dessa data, o montante desta, ou até que seja feita a sua avaliação por uma comissão de avaliação, nomeada, que a faça mediante regras e critérios valorimétricos pré - estabelecidos. No Município de Alpiarça no ano de 2010 procedeu-se à avaliação de grande parte do imobilizado Municipal, nomeadamente arruamentos, sistemas de águas e saneamento.

Assim, os Bens de Domínio Público que não foram objeto de uma grande reparação ou de avaliação, por comissão de avaliação previamente nomeada, até 31 de Dezembro de 2016, não integram o património do Município.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas previstas Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), sendo totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassam 80% do índice

100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (preço de compra + impostos de compra não reembolsáveis + custo necessário para colocação em funcionamento – descontos e abatimentos), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis. Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate demais ou menos valias, respetivamente.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (preço de compra +impostos de compra não reembolsáveis + custo necessário para colocação em funcionamento – descontos e abatimentos), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das cotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Investimentos Financeiros

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os investimentos em imóveis respeitam a edifícios registados na rubrica de propriedades de investimento nas contas individuais da Câmara Municipal de Alpiarça.

Existências

As existências de mercadorias e matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo que no exercício de 2016 as provisões para devedores duvidosos iniciaram a ser gradativamente aplicadas uma vez que se pressupõe quase totalmente o seu recebimento/pagamento.

Quanto às dívidas de Terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL na óptica do Município de Alpiarça pois no que se refere à Agroalpiarça a constituição das provisões é feita com base no artigo 36º do CIRC.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados de médio e longo prazo quando têm maturidade superior a doze meses e de curto prazo quando a sua maturidade é inferior a este prazo.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo encontra-se reconhecida a despesa que corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2016, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2017, bem como todos os custos do exercício de 2016 que só em 2017 serão regularizados.

Nota 24 – Cotações para conversão em moeda nacional das dívidas a pagar em moeda estrangeira

Não aplicável.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

O valor registado na rubrica "Despesas de Instalação" refere-se ao custo dos diferentes projetos de obras, de engenharia, executados pela Autarquia.

Nota 26 – Amortizações de "trespasses" para além de cinco ano

Não aplicável.

Nota 27 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

ATIVO CIRCULANTE	ATIVO BRUTO	AP	ATIVO LÍQUIDO
Bens domínio público	32 882 411,82	17 901 474,63	14 980 937,19
Imobilizações incorpóreas	167 600,46	686,44	166 914,02
Imobilizações corpóreas	31 936 278,77	7 527 869,71	24 408 409,06
Investimentos financeiros	3 294 988,56	0,00	3 294 988,56
Total do ativo imobilizado	68 281 279,61	25 430 030,78	42 851 248,83

Nota 28 – Custos financeiros capitalizados no exercício

Não aplicável.

Nota 29 – Amortizações e ajustamentos extraordinários feitos exclusivamente para fins fiscais

Não aplicável.

Nota 30 – Diferenças entre os custos dos elementos do ativo circulante e respetivos preços de mercado

Não aplicável.

Nota 31 – Atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado

Não aplicável.

Nota 32 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

ATIVO CIRCULANTE	ATIVO BRUTO	AP	ATIVO LÍQUIDO
Existências	346 371,21	0,00	346 371,21
Dívidas de curto prazo	638 533,80	45 398,52	593 135,28
Depósitos em inst. Financeiras e caixa	104 082,29	0,00	104 082,29
Total do ativo circulante	1 088 987,30	45 398,52	1 043 588,78

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2016, nas rubricas do ativo circulante são os constantes do balanço consolidado.

Nota 33 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

Não aplicável.

Nota 34 – Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Não aplicável.

Nota 35 – Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e correspondentes quantias arrecadadas

Não aplicável.

Nota 36 - Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

A AgroAlpiarça, CIPRL tem como atividade principal a Agricultura e comércio de vinhos.

Nota 37 – Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais

Não aplicável.

Nota 38 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

Não aplicável.

Nota 39 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Alpiarça e órgãos sociais da AgroAlpiarça, CIPRL totalizaram, no ano de 2016, o valor de 88.352,52 € cujo acréscimo se deve às reposições das reversões salariais.

ENTIDADE	VALOR
Município de Alpiarça	88.352,52
AgroAlpiarça, CIPRL	0,00

Nota 40 – Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da entidade-mãe

Não aplicável.

Nota 41 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

Nota 42 – Reavaliações

Não aplicável.

Nota 43 – Comparabilidade dos exercícios

Não aplicável.

Nota 44 – Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
68	Financeiros	227 297,48	243 459,23	78	Financeiros	139 530,88	139 303,95
Resultados			-87 766,60				

Nota 45 – Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
69	Extraordinários	57 564,10	54 064,41	79	Extraordinários	611 185,62	453 590,58
Resultados		553 621,52					

Nota 46 – Desdobramento da Conta de Provisões e Movimentos do Exercício

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	9 006,02	36 392,50	0,00	45 398,52

Nota 47 – Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não aplicável

Nota 48 – Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado

Não aplicável

VII – Informações diversas

Nota 49 – Outras informações exigidas por diplomas legais

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo					Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	AgroAlpiarça	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
2312	7 151 816,98	0,00	0,00	346 150,28	7 497 967,26	194 258,47	7 303 708,79
					0,00		0,00
					0,00		0,00
Total	7 151 816,98	0,00	0,00	346 150,28	7 497 967,26	194 258,47	7 303 708,79

Notas:
2312 - 194.258,47 referente ao empréstimo concedido à AgroAlpiarça (Suprimentos)

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO

Tipo de fluxos	Município de Alpiarça / AgroAlpiarça									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercicio	Anulações no exercício	Pagamentos do exercicio	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercicio	Anulações no exercício	Pagamentos do exercicio	Saldo final
1	2	3	4	5	6= (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Tranferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00	194 258,47				194 258,47
Relações comerciais	1 666,20	20 098,57		16 178,37	5 586,40	202 932,02	163 971,47		10 903,26	356 000,23
Participações do capital - numerário					0,00	149 258,47				149 258,47
Participações do capital - espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	1 666,20	20 098,57	0,00	16 178,37	5 586,40	546 448,96	163 971,47	0,00	10 903,26	699 517,17

VIII – Outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do Grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e valor dos bens e direitos que constituem o respetivo Ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de Dezembro de 2016 e que constituem o Passivo do Grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representa os Fundos Próprios do Grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado do Grupo, em 2016, o que representa um resultado positivo em relação ao exercício anterior na ordem dos € 890.000,00, traduz-se num valor negativo de € 1.046.329,57.

Este resultado é influenciado pelo valor das amortizações do exercício que montam a € 2.484.672,89 que são contabilizadas como custos.

Importa referir que as amortizações não correspondem a saídas de fundos durante o exercício. Trata-se duma técnica contabilística que pretende medir a perda de valor ocorrida em cada período por parte dos bens e equipamentos de duração plurianual, devido ao respectivo uso, fruição e funcionamento no âmbito da função que lhes está atribuída nas actividades desenvolvidas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação. Acresce ainda que a referida técnica contabilística de imputação a cada período da perda de valor dos bens e equipamentos se baseia na utilização de estimativas, nomeadamente quanto ao número de anos durante os quais cada item é suscetível de utilização.

A informação financeira da AgroAlpiarça, CIPRL foi elaborada, com base no Sistema de normalização contabilística (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na elaboração da consolidação as contas SNC foram ajustadas ao POCAL

Todavia, não poderemos deixar de aqui realçar a importância da avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas aliada à necessidade de objetividade e transparência da informação a fornecer relativamente à situação financeira do "grupo municipal" – Município e AgroAlpiarça, CIPRL. Por esta razão, a demonstração das contas consolidadas apresenta-se como uma importante ferramenta de gestão, permitindo uma análise e avaliação integrada das políticas públicas locais.

Por último, importará referir que a descrição das atividades mais relevantes do exercício económico de 2016, bem como, o enquadramento dessa mesma atividade, encontra-se pormenorizada nos relatórios de gestão do Município de Alpiarça e da AgroAlpiarça, CIPRL, os quais, por inutilidade de repetição, se dão aqui por integralmente reproduzidos.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Alpiarça, que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2016 (que evidencia um total de 44.804.942 euros e um total de fundos próprios de 26.782.859 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.046.330 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com Reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Alpiarça em 31/12/2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL

Bases para a opinião com Reservas

O Património e o Balanço estão afetados negativamente devido ao facto de, nas contas do Município, não estarem ainda regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, não nos foi possível quantificar o valor da reserva.

As contas da Agroalpiarça incluída no perímetro da consolidação, não foram objeto de Certificação Legal de Contas, o que limitou a nossa análise.

Deveriam ser criadas, pelo Município, provisões para cobranças duvidosas e outros num total de 483.260 euros.

No resto, a nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 26 de junho de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda
Representada por
Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2016.

2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.

3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2016, e depois de tidas tendo em conta tanto as Reservas como as Ênfases incluídas na Certificação de Contas Consolidada que aqui se dá como reproduzida, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 26 de junho de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda
Representada por
Dr. Luís Guerra Marques-ROC nº 620

Alpiarça

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(Conforme Resolução do Tribunal de Contas número 3/2016, de 18 de janeiro do ano 2017)

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2016 do Município de Alpiarça declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Alpiarça, 23 de Junho de 2017

Os responsáveis subscritores:	Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:
P	
VP	
VP	
	Nota: Junta(m)-se ____ Declaração(ões);

2016

Anexos

Relatório de Gestão Consolidado

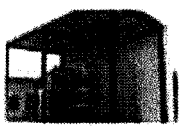
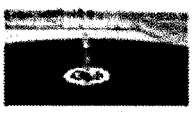
Alpiarça

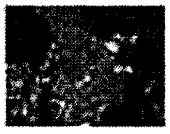
Concelho Centenário

ÁGUAS DO RIBATEJO

Relatório de Gestão e Contas de 2016

Março de 2017



ÍNDICE

Siglas e Acrónimos 9
Sumário Executivo 12
Dados de Atividade 13
Dados Económico-Financeiros 15
Indicadores Económico-Financeiros 17
Apresentação da Empresa 18
Órgãos Sociais 19
Organização interna 20
Missão 21
Objetivos Estratégicos 21
Atividade em 2016 22
Produção de Água e Tratamento de Águas Residuais 22
Produção de Água 22
Tratamento de águas Residuais 24
Energia elétrica 26
Manutenção 33
Gestão de Redes 38
Exploração das Redes de Abastecimento 38
Manutenção de redes - reparação de roturas 38
Falhas no abastecimento 41
Orçamentação e execução de ramais domiciliários 43
Substituição e prolongamentos de redes 45

Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) 45
Gestão de perdas reais 46
Exploração das Redes de Saneamento 48
Desobstrução de coletores 48
Ramais domiciliários de esgotos 51
Manutenção de redes 52
Desinfestação das redes de saneamento 53
Elaboração de cadastro da rede de drenagem de águas residuais domésticas 53
Outros serviços 54
Reposição de pavimentos na manutenção de redes 54
Análise de projetos e emissão de pareceres técnicos 55
Qualidade 56
Aspetos gerais 56
Qualidade da Água de Consumo Humano 56
Plano de Controlo de Qualidade 56
Programa de Autocontrolo de Captações 57
Programa de Controlo de Qualidade da Água 57
Tratamento de incumprimentos 61
Programa de Controlo Operacional do Subsistemas de Abastecimento de Água 63
Qualidade de Águas Residuais 64
Plano de Controlo de Qualidade 64
Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais 64
Programa de Controlo Operacional Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais 67

Plano de Segurança da Água 68
Gestão Ambiental 68
Monitorização Do Meio Recetor das Descargas de Águas Residuais Tratadas 68
Gestão de resíduos 69
Comercial 72
Atendimento Comercial 72
Clientes – Reclamações 76
Clientes – Caracterização 77
Consumos e Faturação 81
Água não faturada 84
Formas de Pagamento 85
Serviços 86
Comunicação e Imagem 87
Sítio Institucional 88
Imprensa 89
Publicação do boletim informativo "Entre Águas" 91
Visitas de estudo a equipamentos 92
Sensibilização / Educação ambiental 92
Parcerias com a QUERCUS e DECO 93
Participação em feiras e eventos 94
Planeamento e Obras 96
Estudos e Projetos 97
Acompanhamento e fiscalização de obras 98

Sistema de Informação Geográfica 103
Administrativa e Financeira 106
Aprovisionamento 106
Segurança e Saúde no Trabalho 109
Recursos Humanos 111
População Ativa 111
Habilitações e Níveis de qualificação 112
Duração e Prestação do Trabalho 113
Condições de Trabalho 114
Formação Profissional 114
Absentismo 115
Investimento 116
Situação Económica e Financeira 118
Factos Supervenientes a 31 de Dezembro 120
Proposta de Aplicação de Resultados 120
Considerações Finais 121
Demonstrações financeiras individuais 123
Balanço individual 124
Demonstração dos resultados individuais 125
Demonstração dos fluxos de caixa individuais 126
Demonstração das alterações no capital próprio individuais 127
Anexo às demonstrações financeiras individuais 129
1. Nota introdutória 130

1.1. Introdução 130
1.2. Acionistas 130
1.3. Aprovação das demonstrações financeiras 130
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 131
2.1. Referencial Contabilístico 131
2.2. Pressuposto da continuidade 131
2.3. Regime do acréscimo 132
2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes 132
2.5. Passivos contingentes 132
2.6. Passivos financeiros 132
2.7. Eventos subsequentes 133
2.8. Derrogação das disposições do SNC 133
3. Principais políticas contabilísticas 133
3.1. Moeda funcional e de apresentação 133
3.2. Ativos fixos tangíveis 134
3.3. Ativos intangíveis 135
3.4. Imposto sobre o rendimento 135
3.5. Clientes e outros valores a receber 136
3.6. Caixa e equivalentes de caixa 136
3.7. Capital social 136
3.8. Provisões 137
3.9. Subsídios e outros apoios do Governo 137
3.9.1. Subsídios ao investimento 137

3.9.2. Subsídios à exploração 137
3.10. Fornecedores e outras dívidas a pagar 137
3.11. Financiamentos bancários 138
3.12. Locações 138
3.13. Rédito e regime do acréscimo 139
4. Ativos fixos tangíveis 140
5. Ativos intangíveis 143
6. Outros investimentos financeiros 144
7. Ativos e passivos por impostos diferidos 144
8. Inventários 145
9. Clientes 146
10. Estado e outros entes públicos 148
11. OutrOs créditos a receber 149
12. Diferimentos 149
13. Caixa e depósitos bancários 150
14. Capital subscrito 150
15. Reserva legal 151
16. Resultados transitados 151
17. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio 151
18. Provisões 152
19. Financiamentos obtidos 152
20. Locações 153
21. Outras dívidas a pagar 155

22. Fornecedores 156
23. Vendas e prestações de serviços 157
24. Custo das vendas 157
25. Fornecimentos e serviços externos 158
26. Gastos com o pessoal 158
27. Outros rendimentos 159
28. Outros gastos 160
29. Resultados financeiros 160
30. Partes relacionadas 161
31. Eventos subsequentes 161
32. Informações exigidas por diplomas legais 162
33. Outras informações 162

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR	AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.
CA	Conselho de Administração
CCE-CIMLT	Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DC	Direção Comercial
DG	Diretor Geral
DGR	Direção de Gestão de Redes
DPO	Direção de Planeamento e Obras
DPT	Direção de Produção e Tratamento
EBITDA	*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GC	Gabinete de Comunicação
GPI	Gestão Patrimonial de Infraestruturas

GQ	Gabinete de Qualidade
IF	Índice de frequência
IG	Índice de gravidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
OT	Ordem de Trabalho
PAC Cap	Programa de Autocontrolo de Captações
PCA	Presidente do Conselho de Administração
PCOSAA	Programa de Controlo Operacional do Subsistemas de Abastecimento de Água
PCOSAR	Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais
PCQA	Programa de Controlo de Qualidade da Água
PCQAR	Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais
PI	Pedido de Intervenção
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PSA	Plano(s) de Segurança da Água
SAA	Subsistema de Abastecimento de Água

SAR	Subsistema de Saneamento de Águas Residuais
UAC	Unidade de Atendimento Comercial
ZMC	Zona de Medição e Controlo
ZO	Zona Operacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2016 representou o início de um novo ciclo na vida da empresa. Após a conclusão dos grandes projetos de infraestruturação executados pela empresa, o foco passou a estar (muito) mais centrado nos aspetos relacionados com a eficiência.

Sem prejuízo do acima referido, importa salientar que existe ainda um conjunto importante de intervenções na área do saneamento para realizar, especialmente no Concelho de Torres Novas.

Contudo, é necessário ter presente que os meios financeiros hoje disponíveis, designadamente financiamentos comunitários a fundo perdido, são muito menos do que no passado, razão pela qual o ritmo e calendário de execução dos investimentos tem de ser ajustado a esta nova realidade.

A atividade da empresa ao longo do ano de 2016 veio dar sequência ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2009, procurando sempre melhorar o desempenho e prestar um melhor serviço a todos os utilizadores do sistema.

Neste Relatório será apresentada com detalhe informação relativa às atividades desenvolvidas no âmbito das várias vertentes da empresa, bem como todos os elementos e demonstrações financeiras que traduzem a realidade da empresa, com referência a 31 de dezembro de 2016.

DADOS DE ATIVIDADE

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Recursos Humanos	174	170	2,35%
Volume de Água Entrada Sistema (m³)	12.821.224	12.990.465	-1,30%
Volume de Água Faturada (m³)	8.511.909	8.551.217	-0,46%
Número de Clientes - Água	74.890	74.866	0,03%
Volume de Água Residual tratada (m³)	8.330.451	7.290.888	14,26%
Volume de Água Residual faturada (m³)	5.609.242	5.516.080	1,69%
Número de Clientes - Águas Residuais	56.297	56.019	0,50%
Capitação média mensal unit. (m³) (1)	9,47	9,52	-0,49%

(1) M3 Água Vendidos/Nº Clientes/12

No quadro supra são apresentados vários dados referentes à atividade operacional da AR no ano de 2016, em comparação com o ano de 2015.

No que se refere ao volume de água entrada no sistema registou-se uma ligeira diminuição (1,3%) em comparação com 2015, o que ficou a dever-se essencialmente ao facto do ano de 2016 ter registado maiores níveis de precipitação, em relação ao ano anterior. Esta situação teve igualmente reflexos no volume de água faturada, que registou também uma quebra, mas neste caso ainda mais ligeira (0,46%). Isto significa que o volume de água não faturada baixou, registando agora um valor na ordem dos 33,6%.

Um outro aspeto a destacar prende-se com o crescimento registado no número de clientes do serviço de abastecimento. Apesar de muito ligeiro (0,03%), reveste-se de grande importância pois vem contrariar uma (longa) tendência de perda de clientes. Resta saber se esta inversão é pontual, ou se se manterá ao longo dos próximos períodos.

Merece também destaque a evolução positiva do número de clientes no serviço de saneamento, que registou uma subida face ao período homólogo (0,5%) e que, neste caso, vem dar sequência a uma tendência de crescimento que se vem registando, motivada pelas novas ligações efetuadas na sequência dos investimentos que a AR tem vindo a realizar.

Atento o aumento significativo do volume de água residual tratada, quando comparado com o do ano anterior, importa salientar que esse aumento se ficou a dever, em grande medida, à (re)entrada em exploração de dois grandes subsistemas de saneamento (Riachos e Torres Novas) após as obras de reabilitação a que foram sujeitos.

No que se refere ao efetivo de pessoal da empresa, este indicador apresenta um ligeiro aumento, devido à entrada em funcionamento de diversas novas infraestruturas, o que implicou a necessidade de contratar novos colaboradores.

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Volume de Negócios (1)	15.472.353	15.312.486	1,04%
EBITDA (2)	9.150.808	9.166.245	-0,17%
Res. Antes Impostos	2.063.535	2.055.934	0,37%
Resultado Líquido	1.592.315	1.534.051	3,80%

Valores em euros

(1) Vendas + Prestação de Serviços
(2) Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

O volume de negócios registou um crescimento ligeiramente superior a 1%, em comparação com o período homólogo. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao maior volume de água residual faturada.

O EBITDA (correspondente ao resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) diminuiu ligeiramente, em comparação com o período homólogo. Esta diminuição fica a dever-se ao aumento de algumas rubricas de gastos, não totalmente compensado pelo aumento do volume de negócios.

Contudo, o Resultado Antes de Impostos registou um ligeiro aumento, fruto essencialmente da redução muito significativa dos gastos de financiamento, suficiente para compensar o aumento das amortizações.

Com base na evolução das rubricas mencionadas, o Resultado Líquido do Exercício registou igualmente uma evolução positiva, quando comparado com o período homólogo.

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Ativo Líquido	91.865.529	98.628.219	-6,86%
Passivo Remunerado	18.197.910	21.843.121	-16,69%
Capitais Próprios	54.649.991	55.340.194	-1,25%
Capital Social	6.871.681	6.871.681	0,00%

Valores em euros

Os dados económico-financeiros acima apresentados refletem uma evolução globalmente positiva no desempenho da AR.

O Ativo Líquido registou uma diminuição, em virtude do aumento significativo das amortizações, por força da conclusão e entrada em funcionamento de novas infraestruturas que, apesar do investimento realizado, determinou esta variação.

Apesar da continuidade no esforço de investimento realizado, deve destacar-se a significativa diminuição do Passivo Remunerado. Isto significa que, apesar da empresa continuar a investir, o financiamento bancário de médio e longo prazo, registou uma descida superior a 16%, por via das amortizações de capital realizadas.

A diminuição dos Capitais Próprios deve-se essencialmente ao decréscimo do valor dos subsídios por especializar. Isto é, com o final das Operações apoiadas pelo POVT, não houve ainda em 2016 um recebimento muito significativo de novos subsídios, ao mesmo tempo que se procedeu à especialização de parte dos subsídios já recebidos, o que resultou na diminuição dessa rubrica.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	Var. %
Dívida Líquida Financeira (1)	0,35	0,40	-11,03%
Rendibilidade Operacional (2)	0,59	0,60	-1,20%
Autonomia Financeira (3)	0,59	0,56	6,02%
Solvabilidade (4)	1,47	1,28	14,87%

(1) Passivo M/L prazo / (Passivo M/L prazo + Capital Próprio)
(2) EBITDA / Vendas e Serv. Prestados
(3) Capital Próprio / Ativo
(4) Capital Próprio / Passivo

Da análise dos indicadores apresentados no quadro *supra*, verificamos que houve uma evolução muito positiva, para a generalidade dos indicadores.

A Dívida Líquida Financeira registou uma descida significativa (superior a 11%), muito por força da diminuição da rubrica de Financiamentos Obtidos, que se traduziu no decréscimo do Passivo Não Corrente, em comparação com o período homólogo.

A Rendibilidade Operacional registou uma ligeira diminuição refletindo, por um lado, a diminuição do EBITDA e, por outro, o aumento do volume de negócios.

Os níveis de Autonomia Financeira e de Solvabilidade melhoraram de forma significativa quando comparados com os do período homólogo, significando que a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos é hoje maior do que no passado.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- **Designação Social:**

AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.

- **Sede Social:**

Rua Gaspar Costa Ramalho, n.º 38, 2120-098 Salvaterra de Magos

- **Pessoa Coletiva:**

508 345 464

- **Capital Social e Prestações Suplementares:**

Capital Social: € 6.871.681

- **Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Santarém sob o n.º**

508 345 464

- **Estrutura Acionista:**

Município de Almeirim 15,45%

Município de Alpiarça 5,40%

Município de Benavente 16,44%

Município de Chamusca 8,15%

Município de Coruche 15,03%

Município de Salvaterra de Magos..... 14,19%

Município de Torres Novas..... 25,34%

ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos Órgãos Sociais da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. é a seguinte:

- **Mesa da Assembleia-Geral**

Pedro Miguel César Ribeiro – Presidente

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – Secretário

- **Conselho de Administração**

Francisco Silvestre de Oliveira – Presidente

Carlos António Pinto Coutinho – Vogal

Pedro Paulo ramos Ferreira – Vogal

- **Fiscal Único**

Martins Pereira & Associados, SROC representada por:

João Antonio Carvalho Careca, ROC

Como ROC suplente:

Alec Antoine Edmond Beerten, ROC

ORGANIZAÇÃO INTERNA

- **Direções Operacionais:**

DG – Direção Geral;

DAF – Direção Administrativa e Financeira;

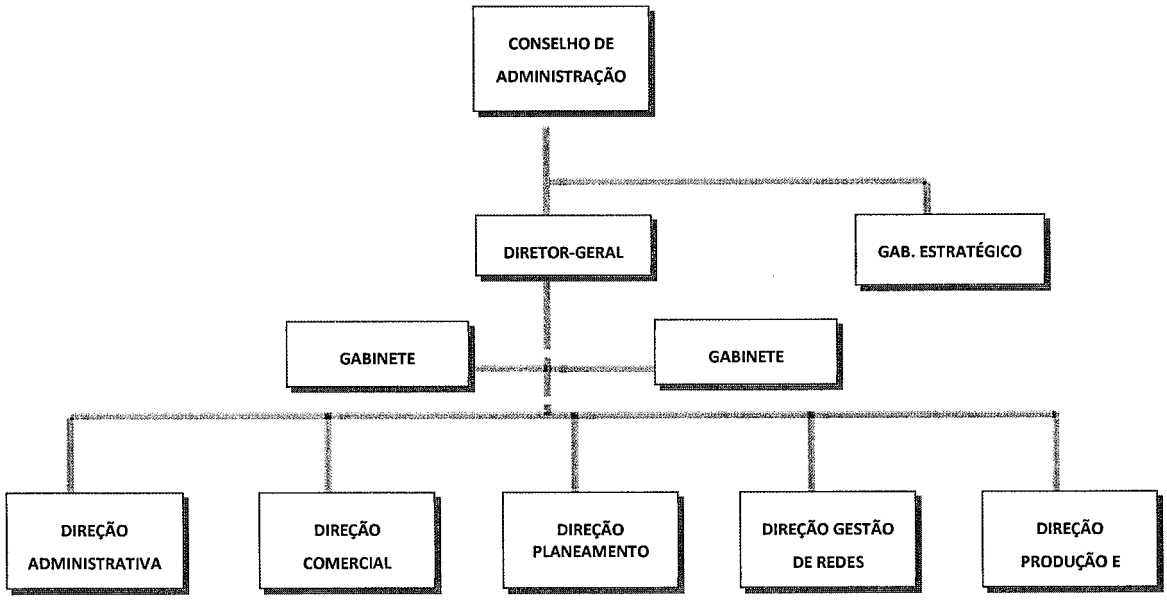
DC – Direção Comercial;

DPT – Direção de Produção e Tratamento;

DGR – Direção de Gestão de Redes;

DPO – Direção de Planeamento e Obras

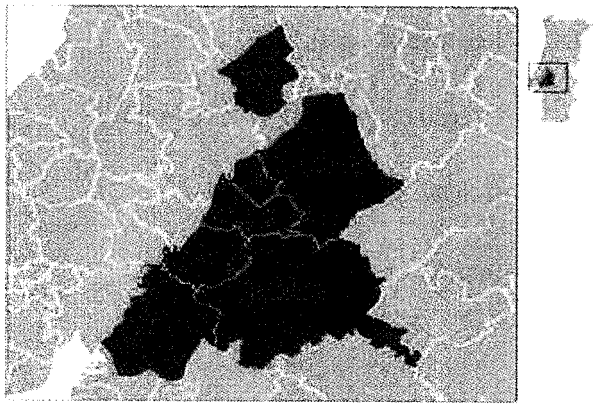
- **Organigrama:**



MISSÃO

A AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A., é a empresa responsável pela exploração e gestão dos Sistemas de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

A sua intervenção pauta-se por um elevado sentido de responsabilidade na proteção do ambiente e consequente sustentabilidade ambiental, tendo como Missão "assegurar um serviço de excelência que garanta o fornecimento contínuo de água com qualidade e a drenagem e tratamento de águas residuais dos 150 000 habitantes dos Municípios abrangidos".



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em termos de objetivos estratégicos da empresa, podem destacar-se os seguintes:

- Aumentar a taxa de cobertura da população servida por rede de drenagem e ETAR para aproximadamente 80% em 2017;
- Assegurar uma capacidade de armazenamento de água para um período de 48 horas em todo o sistema, o que significa mais do que duplicar a capacidade existente em 2008;
- Reduzir as perdas de água para os 20%, a médio prazo;
- Aumentar os níveis de eficiência na gestão do recurso ÁGUA;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária.

ATIVIDADE EM 2016

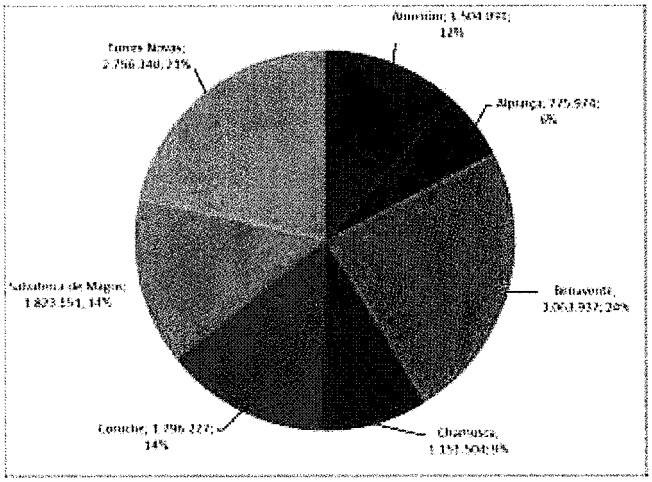
PRODUÇÃO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

PRODUÇÃO DE ÁGUA

A produção de água que resulta da exploração de captações próprias em todos os municípios e da compra de água em alta à EPAL no município de Torres Novas atingiu em 2016 o valor de ***12.821.224 m³***, sendo 85% deste volume proveniente das captações da Águas do Ribatejo e restantes 15% água comprada à EPAL. Face ao ano anterior verifica-se uma redução de 1% na produção de água para consumo, para o que contribuiu apenas o volume captado, mantendo-se sem alteração o volume comprado à EPAL.

Na análise deste valor deve atender-se que este não é o volume colocado nos reservatórios para abastecimento das redes de distribuição, uma vez que parte da água captada é utilizada em procedimentos de tratamento e operações de manutenção como a lavagem de filtros das ETA e higienização de reservatórios e ainda nas perdas de água nos sistemas de adução para limpezas das condutas. Atendendo a essas perdas, que se calculam de 2,86 %, o valor efetivo entregue nos reservatórios é de ***12. 453.959 m³.***

Figura - Produção por Município (m³) em 2016



Os valores de produção verificam uma tendência de decréscimo face a períodos homólogos de anos anteriores, exceto nos meses de verão, variando na exploração de captações próprias entre 700.000 e 1.300.000 m^3/mês e entre 120.000 e 220.000 m^3/mês na aquisição de água à EPAL, conforme se constata nas figuras em baixo.

Figura – Volume captados em captações próprias, por mês (m^3)

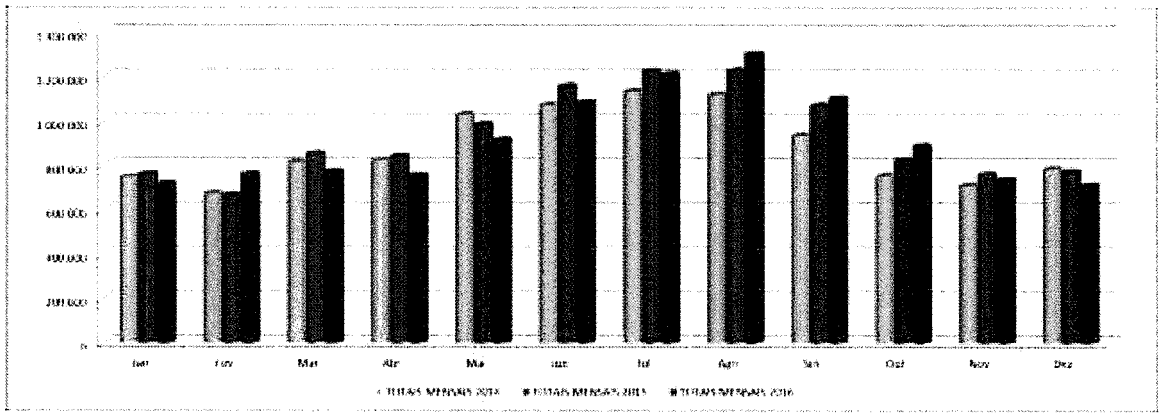
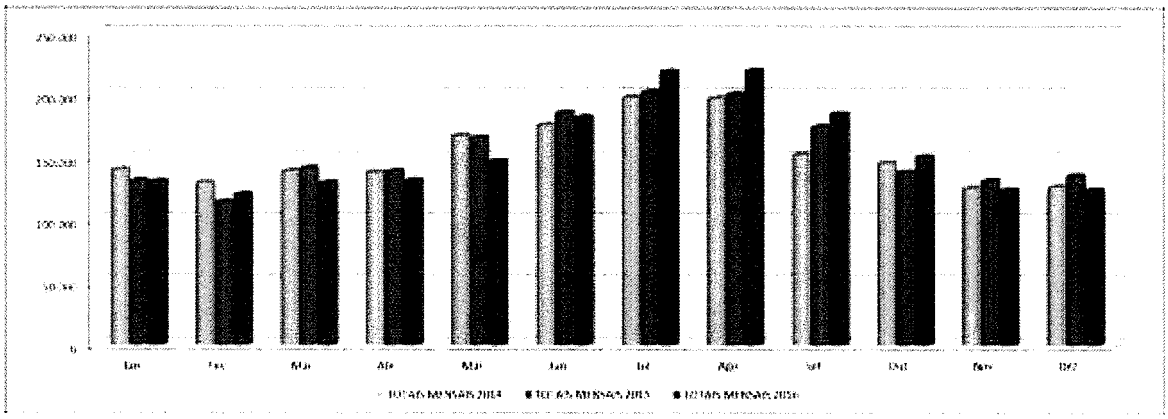


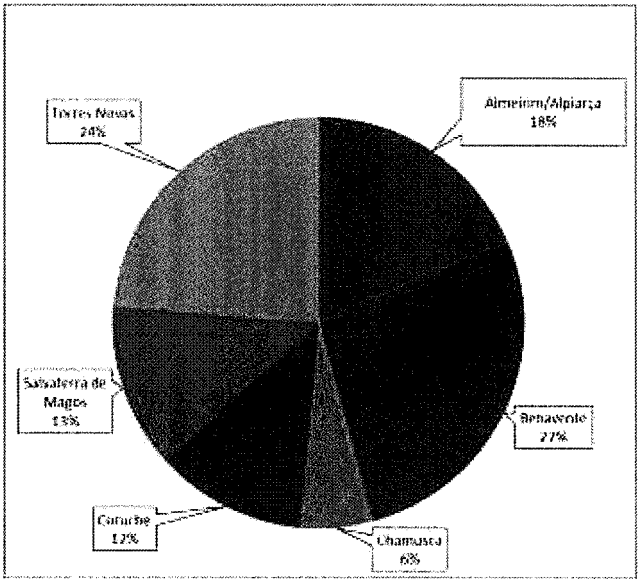
Figura – Aquisição água em "Alta", por mês (m^3)



TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O volume total de água residual tratada nas ETAR em 2016 foi de ***8.330.451 m³***. Este valor representa um aumento de 14% face ao volume de água residual tratado nas ETAR da Águas do Ribatejo no ano anterior, em grande medida devido à contribuição de dois grandes subsistemas de saneamento (Riachos e Torres Novas).

Figura – Volume tratado em ETAR por município (m³):

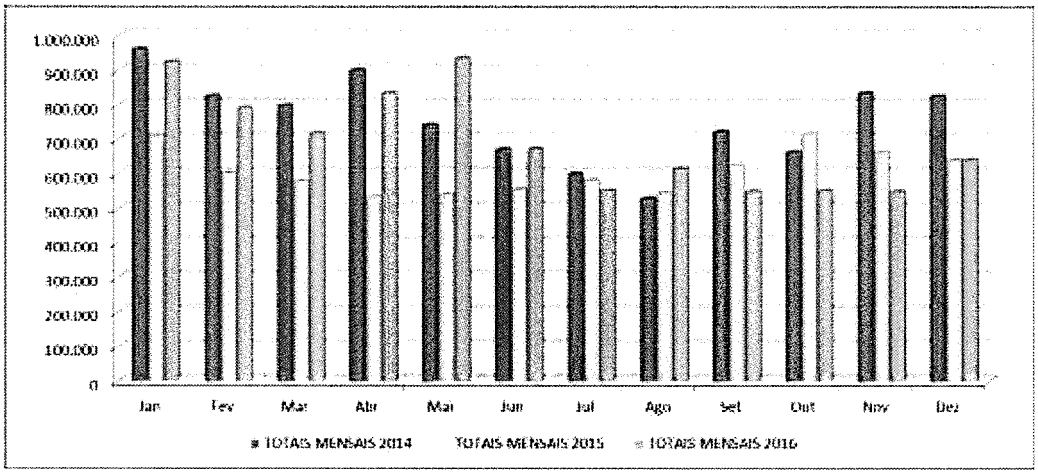


Na figura seguinte, que traduz a variação mensal dos caudais tratados em ETAR em períodos homólogos de anos anteriores, pode constatar-se a elevada contribuição de águas pluviais nos primeiros meses do ano de 2016 que atinge valores da ordem dos 300.000 m³/mês. Esta preocupante realidade ultrapassa os 50 % dos caudais médios mensais de tempo seco em 7 bacias de drenagem, e, a contribuição pluvial chega a ultrapassar os 100% do caudal médio mensal em tempo seco em 8 bacias de drenagem. Destas últimas bacias de drenagem destacam-se as que estão afetas às ETAR de Várzea Fresca e Glória do Ribatejo no município de Salvaterra de Magos, São José da Lamarosa no município de Coruche e Arripiado no município da Chamusca.

Nos grandes subsistemas de saneamento as contribuições pluviais atingem os 31% na bacia da ETAR de Almeirim/Alpiarça, 53% na ETAR de Torres Novas e 84% na ETAR de Riachos.

Tendo em conta os resultados laboratoriais da análise à carga orgânica afluente às ETAR, o volume de água residual representa a produção de 111.259 equivalentes populacionais.

Figura – Volumes Tratados em ETAR por mês (m^3):



ENERGIA ELÉTRICA

Os dados a seguir apresentados, representam uma análise global aos ***340 pontos de fornecimento de energia***, diretamente ligados à operação dos subsistemas (excluindo oficinas, armazéns, lojas e sede), sendo 138 destes pontos no abastecimento de água e 202 no saneamento.

Os locais fornecidos em Média Tensão, maiores consumidores, totalizam 20 instalações no abastecimento de água e 30 no saneamento, enquanto que a Baixa Tensão Especial representa 28 instalações no abastecimento e 6 no saneamento e a esmagadora maioria das instalações restantes é abastecida em Baixa Tensão Normal.

No quadro seguinte apresenta-se o valor total de consumo de energia, em kWh de energia ativa para a atividade de produção de água e elevação e tratamento de águas residuais. A variação dos consumos totais no abastecimento acompanha a variação nos volumes de água produzida, já no saneamento é visível o impacto da operação dos subsistemas de Riachos e Torres Novas, principalmente este último que sozinho representa um consumo na ordem dos 890.000 kWh/ano.

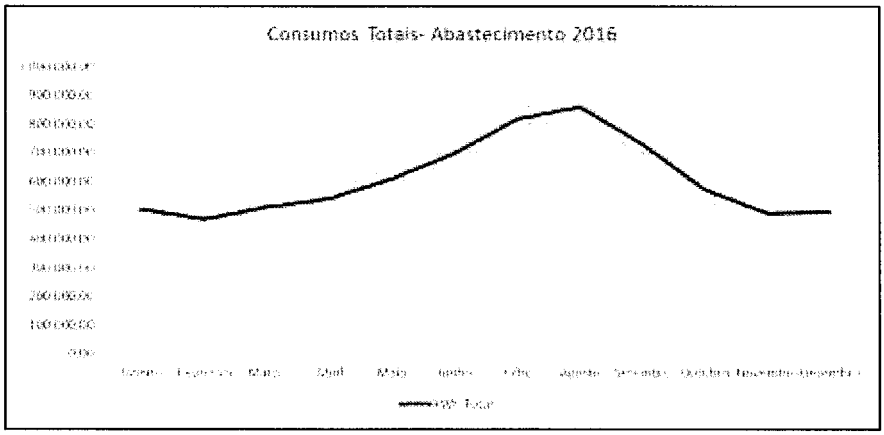
	Produção de Água	Elevação e Tratamento Esgotos	Total
2015	7 382 388,81 kWh	4 849 073,80 kWh	**12 231 462,61 kWh**
2016	7 303 504,66 kWh	5 432 861,47 kWh	**12 736 266,13 kWh**
Variação	- 1,1 %	+ 12,0 %	**+ 4,1 %**

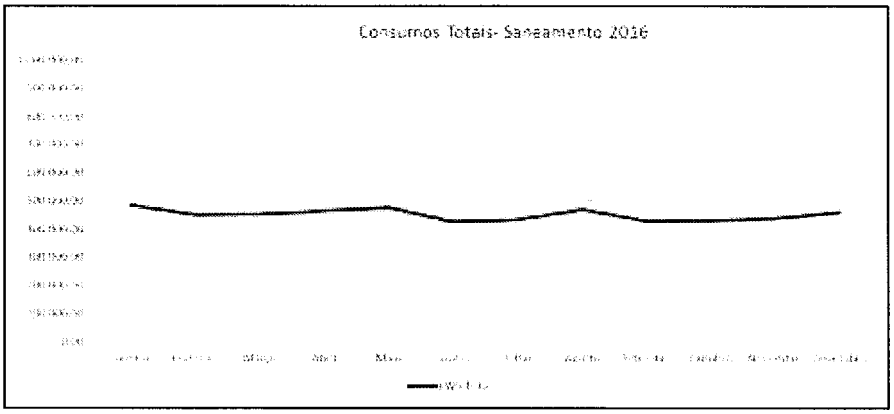
Os custos associados a estes consumos são apresentados no quadro em baixo, alertando-se que não incluem custos com taxas e contribuição audiovisual.

	Produção de Água	Elevação e Tratamento Esgotos	Total
2015	1 049 524,25 €	696 005,86 €	**1 745 530,11 €**
2016	978 714,56 €	709 501,20 €	**1 688 215,76 €**
Variação	- 6,7 %	+ 1,9 %	**- 3,3 %**

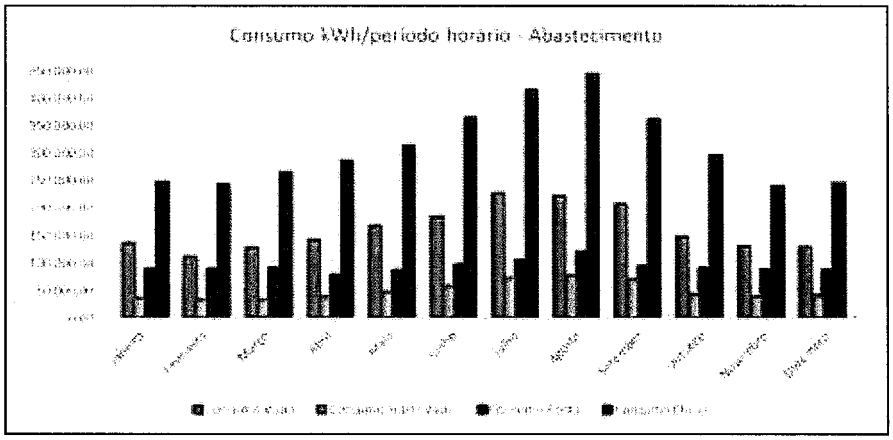
O ano de 2016 apresenta uma significativa melhoria no que respeita aos custos de energia da atividade no abastecimento de água, reflexo do investimento realizado na instalação de equipamentos mais eficientes e também da descida das tarifas. No saneamento, refira-se ainda que no período homólogo do ano anterior não estavam ainda em serviço pleno os sistemas de saneamento de Riachos e de Torres Novas.

As figuras seguintes são demonstrativas da variação dos consumos de energia nas diferentes áreas de atividade ao longo do ano e da influência da meteorologia nessas mesmas atividades, seja no aumento dos consumos de água nos meses de verão, seja pelo aumento de períodos de bombagem de água residual em meses de chuva, ainda que no saneamento os maiores consumidores de energia são as estações de tratamento e estas mantêm um consumo constante ao longo do ano.

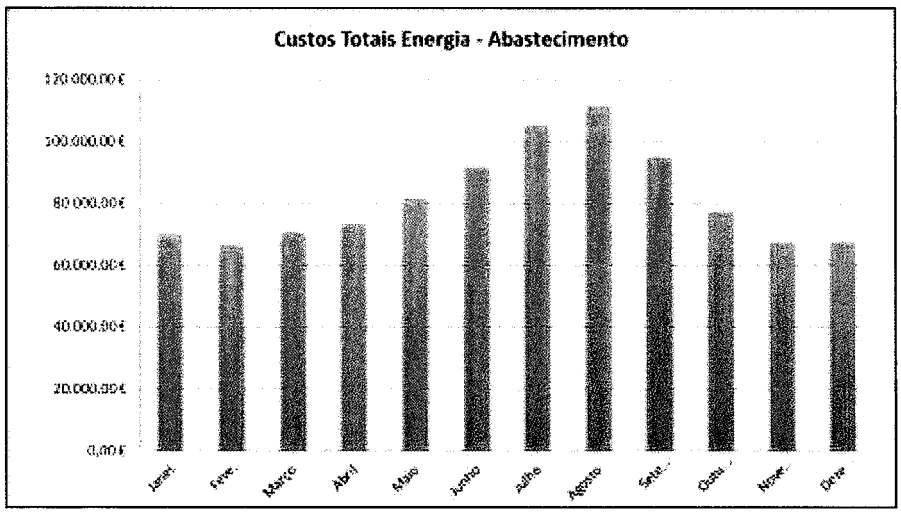




As figuras seguintes traduzem os consumos e os custos energéticos nos vários períodos horários no total das atividades de abastecimento de água e de saneamento em 2016. No abastecimento verifica-se o normal aumento de consumo de energia nos meses mais quentes devido ao maior número de horas de funcionamento dos equipamentos que, no entanto, é percetível em todos os períodos horários, exceto nas horas de ponta.



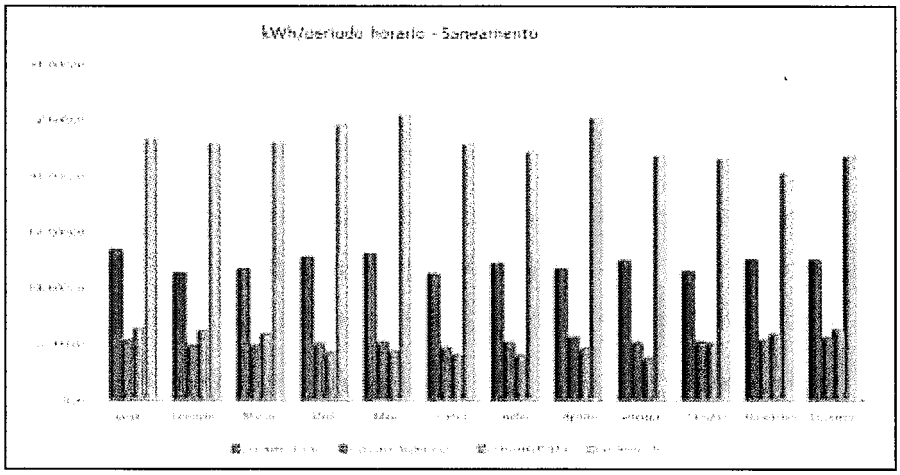
A variação do custo mensal de energia para produção de água, acompanha a variação verificada nos volumes de água produzidos, apresentando um ***custo medio mensal na ordem dos 80.000*** € e índices energéticos ligeiramente inferiores quando comparados com índices de anos anteriores.

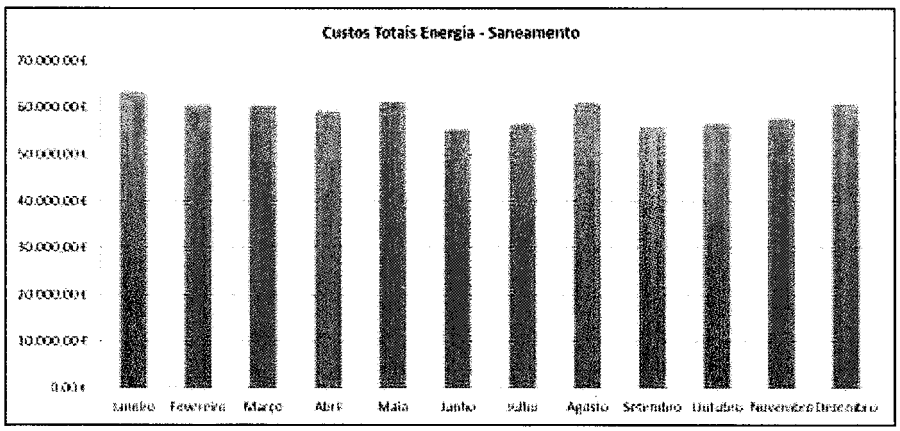


MOD 077 – V1.0

ABASTECIMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2016	0,570	0,134	0,076
2015	0,568	0,142	0,081
2014	0,589	0,137	0,081

No saneamento, tal como dito anteriormente, os consumos não verificam grandes alterações entre os meses, apresentando apenas uma ligeira descida nos meses sem precipitação. A exceção do mês de agosto deve-se ao elevado número de valores estimados em BTN por dificuldades de leitura dos consumos reais.

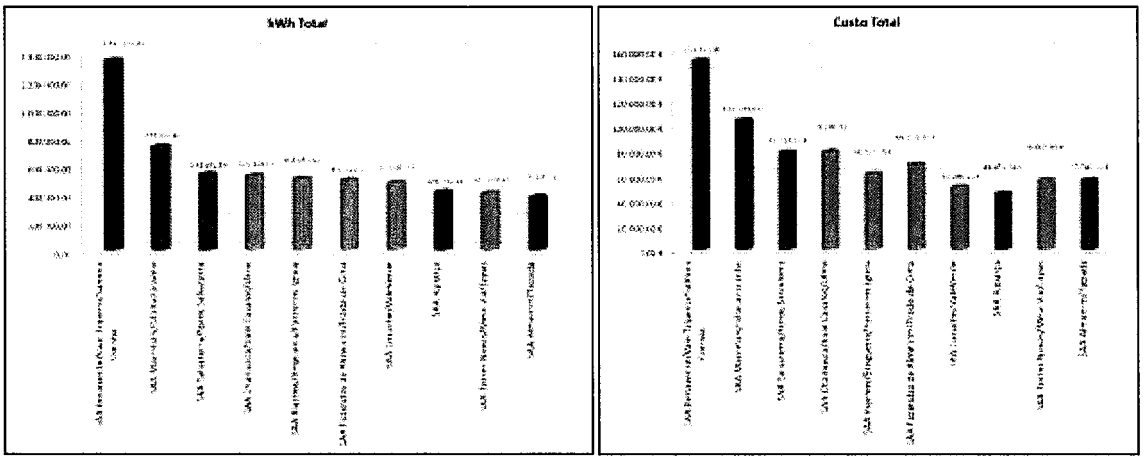


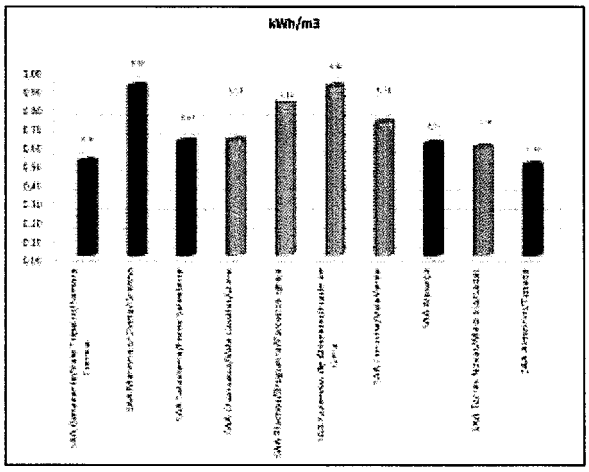


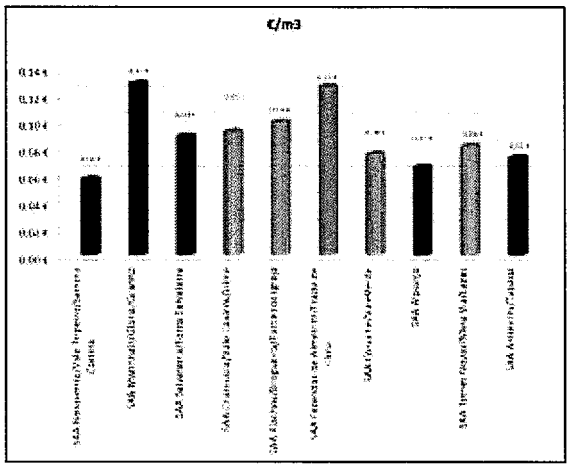
A atividade de elevação e tratamento de águas residuais apresenta em 2016 um **custo médio mensal na ordem dos 59.000 €** e índices energéticos inferiores ao período homólogo de anos anteriores consequência também de investimentos realizados ao nível dos equipamentos e da descida das tarifas.

SANEAMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2016	0,652	0,131	0,085
2015	0,665	0,144	0,095
2014	0,534	0,137	0,073

Para melhor caracterizar o universo do consumo energético na atividade de abastecimento de água foram analisados os 10 subsistemas que consomem mais energia. Os gráficos a seguir mostram os consumos energéticos absolutos de cada um destes subsistemas, assinalando-se a difremtes cores os subsistemas com ETA, assim como os custos totais de energia, e ainda os índices associados a estes valores totais.



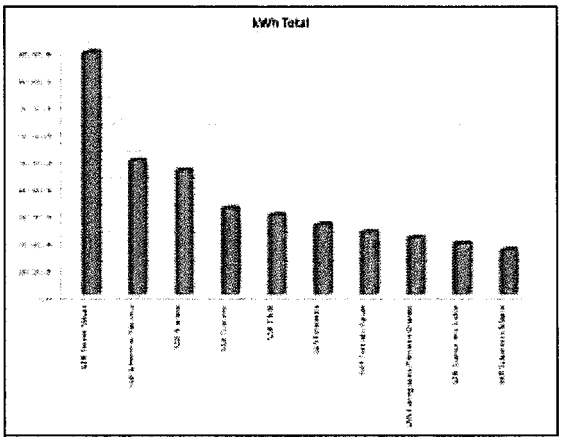


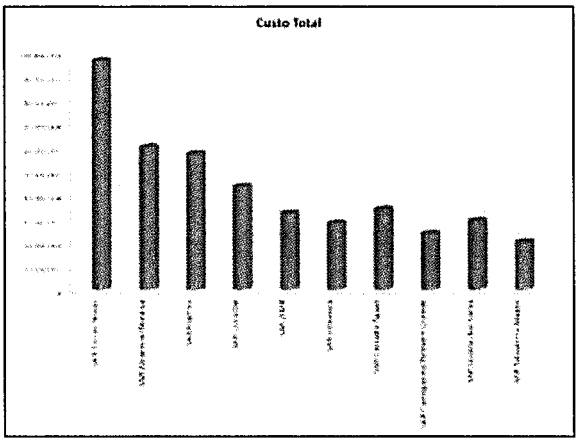


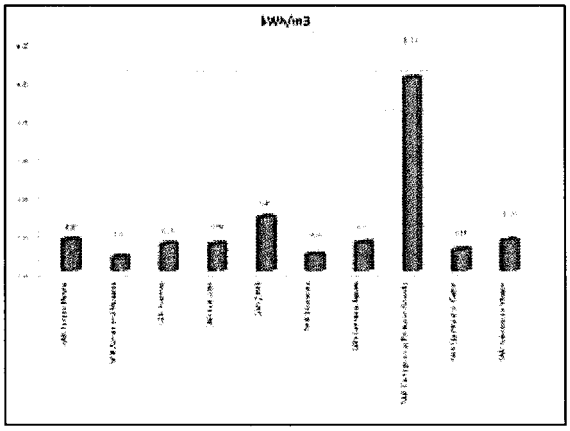
Dos 44 subsistemas de abastecimento sob gestão da AR, os 10 subsistemas apresentados representam cerca de 80% do total do consumo de energia e custos associados na atividade de abastecimento de água, e podemos ver que se em termos absolutos o subsistema de Benavente/Samora/Vale Tripeiro é o maior consumidor, é também um dos que tem melhor eficiência energética (0,50 kWh/m3) e o que apresenta o menor custo unitário (0,06 €m3) evidenciando que neste subsistema em particular a atenção para a redução de consumos de energia deverá ser focada na redução de perdas de água.

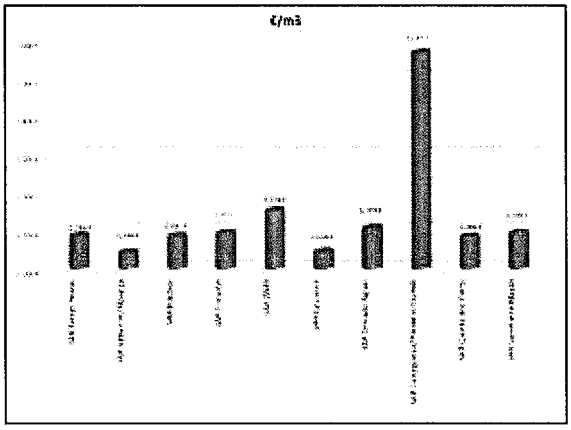
O subsistema de abastecimento entre os 10 maiores consumidores menos eficiente e com maior custo unitário em 2016 foi o SAA Fazendas de Almeirim/Frade de Cima, resultado da entrada em funcionamento da captação FR4 de Frade de Cima para abastecer o novo reservatório de Fazendas de Almeirim. Refira-se que é um subsistema sem ETA mas cujas captações alimentam uma conduta adutora/distribuidora com elevadas perdas de carga.

Analisando os 10 subsistemas de saneamento com maior consumo de energia, que representam 60% do volume de água residual recolhida e tratada, temos os gráficos em baixo. Verifica-se que o subsistema de Torres Novas é, em termos absolutos, o maior consumidor de energia e o mais caro, no entanto, o subsistema de saneamento menos eficiente continua a ser o da Carregueira/Pinheiro Grande sendo também o que apresenta um maior custo unitário (0,569 €/m^3) devido à pouca afluência de água residual.


kWh Total


Custo Total


kWh/m3


€/m3

MANUTENÇÃO

Inserido na Direção de Produção e Tratamento, o serviço de Manutenção tem a seu cargo a manutenção das infraestruturas de produção de água e de tratamento de águas residuais.

As atividades de Manutenção são asseguradas pelas equipas internas da Águas do Ribatejo nas áreas da eletricidade e eletromecânica e por prestadores de serviços nas áreas específicas da potência, automação, comunicações e telegestão.

A resposta da Manutenção às solicitações dos serviços de operação deu prioridade a situações que apresentassem manifestamente risco de segurança para pessoas, falhas no abastecimento de água e descargas de águas residuais não tratadas nas linhas de água, por esta ordem.

O quadro seguinte resulta dos indicadores de gestão da manutenção, e demonstra a capacidade de resposta da área da Manutenção na realização dos trabalhos:

Área	OT. Abertas					OT. Fechadas					% Resolução				
Operacional	**2016**	2015	2014	2013	2012	**2016**	2015	2014	2013	2012	**2016**	2015	2014	2013	2012
Abastecimento	**374**	273	438	106	114	**357**	258	418	106	112	**95%**	95%	95%	100%	98%
Saneamento	**930**	413	455	228	236	**905**	378	401	225	231	**97%**	92%	88%	99%	98%
Total AR	**1304**	686	893	334	350	**1262**	636	819	331	343	**97%**	93%	92%	99%	98%

Pelo quadro anterior podemos ver que o serviço de manutenção registou durante 2016, 1304 Ordens de Trabalho (OT), o que significa um aumento de 90% em comparação ao ano de 2015. Este aumento deve-se ao registo das atividades de manutenções preventivas, no âmbito das prestações de serviço relacionadas com a Responsabilidade Técnica de Postos de Transformação, Manutenção dos Sistemas de Telegestão e Manutenção Eletrónica e de Automação. Nestes serviços, foram registadas 873 OT representando 63% das OT abertas.

Foram concluídas/fechadas 1262 Ordens de Trabalho, o que representa uma taxa de execução de 97%, valor um pouco superior à taxa de execução no período de 2015 que foi de 93%. Esta taxa de resolução reflete o estado as instalações, após conclusões das respetivas empreitadas.